

A 13 DE MAIO
NA COVA DA ÍRIA

AURÉLIO LOPES

**A 13 DE MAIO
NA COVA DA ÍRIA**

uma visão antropológica das
Aparições de Fátima





www.egoeditora.com
geral@egoeditora.com

Ficha Técnica:

Título - A 13 de maio na Cova da Iria

Autor - Aurélio Lopes

Capa e composição gráfica - EGO

Imagens da Capa Contracapa - domínio público

Fotografia do Autor - Aurélio Lopes©

Revisão de Texto - EGO

Paginação - EGO

Edição - EGO

1ª Edição - Março 2017, Lisboa

ISBN - 978-1544866895

Depósito Legal - 424276/17

Impressão e Acabamento - Tipografia Lousanense

©2017, Aurélio Lopes e EGO Editora

Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo sem prévia autorização por escrito da Ego Editora.

*À Patrícia,
definitivamente a melhor filha do Mundo.*

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	11
2. VIRGEM MULHER NUM MUNDO DE HOMENS	23
2.1 DE VIRGEM-MÃE A RAINHA DO CÉU	30
- CRONOLOGIA MARIANA	32
2.2 A IMPROVÁVEL DEIFICAÇÃO	39
3. PROFETAS E VIDENTES	45
3.1 UM ATALHO PARA CHEGAR A DEUS	50
3.2 OS ESCOLHIDOS	52
3.3 O NECESSÁRIO SACRIFÍCIO	55
3.4 ENTRE O CÉU E A TERRA	58
- SOFRIMENTO E SIGNIFICADO	64
- PARADIGMAS USUAIS	66
3.5 RAÍZES CULTURAIS E POLÍTICAS	71
- O ANTICLERICALISMO REPUBLICANO	72
- A ENTRADA NA GUERRA	74
- A OMNIPRESENÇA DO SAGRADO	77

4. A SENHORA E A MENINA	81
- TRÊS VIDENTES, UM SÓ CONFIDENTE	82
4.1 O TESTEMUNHO PRIMEVO	89
4.2 AÇÕES E REAÇÕES	98
- ATORES DO 1º ATO	99
- UM ÊXITO ANUNCIADO	106
- A REAÇÃO REPUBLICANA	110
- UM CULTO NACIONALISTA	112
5. A CONSTRUÇÃO DO SAGRADO	117
5.1 REFLEXOS DE CULTURALIDADE	121
5.2 PROFECIAS E SEGREDOS	140
- O FIM DA GUERRA	140
- O TERCEIRO SEGREDO	148
5.3 O MILAGRE DO SOL	155
- UM PRODÍGIO ANUNCIADO	159
- É A CRENÇA QUE FAZ O MILAGRE	164
6. A NOVA FÁTIMA	177
- DISCIPLINAR PELA CLAUSURA	179
- A MOLDAGEM CANÓNICA	184
- A ADEQUAÇÃO DO CULTO	191
6.1 UM SANTUÁRIO EM CONSTRUÇÃO	194
- DERRADEIROS PRELIMINARES	201
- O ANJO DE PORTUGAL	203
- O FOMENTO CRISTOLÓGICO	207
- A RÚSSIA E O SEGREDO	210
- A PAZ COMO PROJETO	213
- CRESCENTES TAUMATURGIAS	215
6.2 DA SENHORA À IMACULADA	221
- ROUPAGENS DE FÉ	223
- A PROCURA DO MARTÍRIO	225

- UM EXEMPLO DE GRADUAL ELABORAÇÃO	227
- EU, PECADOR, ME SACRIFICO	232
7. CONCLUSÃO	235
BIBLIOGRAFIA	239
ANEXO 1 - INQUÉRITO DO CÓNEGO FORMIGÃO A LÚCIA, A 27 DE SETEMBRO DE 1917	249
ANEXO 2 - CRONOLOGIA DE FÁTIMA	255

1.

INTRODUÇÃO

A abordagem da fenomenologia religiosa reveste-se de particularidades específicas, das quais decorrem implicações morais óbvias e, de alguma forma, delicadas.

Delicadas e, suscetíveis, já se vê, de ferir sensibilidades daqueles que dificilmente aceitam que as suas crenças sejam objeto de análise racional, por muito aberta e descomprometida que seja.

Afinal, para muitos crentes, as formulações doutrinárias devem estar interditas a quaisquer considerações não apologéticas. São expressão da palavra (logo da vontade) de Deus, portanto inquestionáveis, tanto na forma como no conteúdo.

Para que não possam, então, ser questionadas, são encaradas literalmente como intocáveis, pelo menos no que concerne a uma abordagem científica.

É que a cientificidade colide, naturalmente, com a dimensão da crença e do dogma: verdade por definição absoluta, irracional e insuscetível de dissecação e análise.

Não admira, assim, que muitos investigadores tendam a afastar-se do estudo das problemáticas religiosas, desde que institucionalizadas e, principalmente, enquanto parte integrante de vivências místicas atuais.

Aliás, esta é uma temática (embora apaixonante) metodologicamente ingrata para o investigador.

Se é certo que o cientista social poucas vezes dispõe de dados diretos na análise sistematológica de factos e comportamentos (que só a observação participante pode, de alguma forma, facultar) obtendo, sim, as informações, através de métodos indiretos (qualitativos ou quantitativos), não deixa de ser verdade que, neste caso, tratando-se de dados, em grande parte, já históricos ou historicizados, lhe é impossível aceder aos sujeitos iniciais da ação, servindo-se então necessariamente de dados informativos obtidos (à época) por terceiros, muitas vezes clérigos, cujos interesses pessoais na matéria eram, naturalmente, significativos.

Se aditarmos a isso o facto (conhecido, aliás), deste assunto ter sido, quase exclusivamente, tratado por autores militantes de cariz confessional ou anti confessional e dos dados quantitativos (muitas vezes moderadores da subjetividade) não serem, afinal, aqui aplicáveis, percebe-se melhor o acréscimo de dificuldades hermenêuticas ora encontradas.

As subjetvidades, conscientes ou inconscientes, resultantes de uma interpretação dos dados primários ou secundários e eivada de juízos de valor são, afinal, a imagem de marca das informações disponíveis.

A análise de conteúdo das mesmas adquire, aqui, um carácter determinante, em que, aos vetores psicológicos (só indiretamente percebidos), se aliam contextos sociais, políticos e culturais, próprios de conjunturas temporais e territoriais específicas.

O investigador torna-se assim interpretador, não só da natureza factual dos dados mas, igualmente das, mais ou menos ocultas, motivações e interesses dos seus portadores.

E, nem o facto da análise diacrónica dos processos de adequação canónica revelar como relativamente fácil a desmistificação das estruturas conceptuais (entretanto criadas), nos deve levar a interiorizar a ideia de uma fácil interpretação dos fenómenos em presença. Afinal, uma coisa é encontrar incongruências racionais nos dados e na correspondente interpretação dos mesmos outra, muito diferente é, através do véu pouco diáfano da adequação e reinterpretção, perceberem-se, com alguma nitidez, as ações originais e, principalmente, motivacionais.

Até porque, este trabalho, destina-se menos a leitores confessionais e mais àqueles que, neste, como noutros assuntos, correspondem grosso

modo ao que a Igreja chama de “livres-pensadores”; entenda-se, pessoas que, em grande parte, pensam pela sua cabeça; sem obrigações prévias, implícitas ou explícitas, de adesão ou rejeição.

Pessoas que, tendencialmente, entendem as religiões como emanações culturais e a cultura como domínio de todos. Em que não existem tabus e intocabilidades, embora, também não, gratuitos desrespeitos pelas crenças alheias; cristãs ou não!

Apenas os imperativos de cientificidade.

Se quisermos, de outra maneira, em que o respeito pela liberdade dos outros vai até pisar os limites da liberdade coletiva. Ao chegar aí, ter-se-á que se submeter a um valor mais alto; à necessidade da procura e do fomento do conhecimento; sustentabilidade maior, afinal, da natureza humana.

Percebe-se, assim, até certo ponto, porquê os cientistas sociais se têm mantido afastados dos temas fatimitas.

Para lá, naturalmente, do facto de, como afirma Barreto, ter existido como que um desencorajamento nesse sentido, resultado daquilo a que chama, “*um certo desanuviamiento entre os campos católicos e laicos, após a clivagem existente na segunda e terceira década de novecientos*”¹. Desanuviamiento que teria criado como que um acordo tácito e implícito de não-agressão, permitindo deixar de fora, durante décadas, os temas mais delicados e incómodos.

Pode acrescentar-se, aliás, que no último quarto do século XX se desencadeou, de novo, uma situação semelhante, embora mais breve (e que virá, de alguma maneira, a servir de reforço à atrás considerada), como desagravo implícito, à reação marxista exacerbada que Abril proporcionou.

Situação, esta, que o liberalismo universalista do novo milénio tem vindo gradualmente a atenuar, permitindo uma coexistência mais ou menos pacífica entre a fé e a ciência: duas maneiras diferentes, afinal, de entender o mundo.

1 - José Barreto, *Religião e Sociedade*; Dois Ensaios, citado por Irene Flunser Pimentel, op. cit.

Mas outros aspetos têm dissuadido, igualmente, a abordagem do tema Fátima por parte dos estudiosos não confessionais, a exemplo da reduzida acessibilidade às fontes primárias.

E, embora para o investigador, os dados de análise sejam naturalmente os possíveis e não os ideais, tal controle de fontes tem naturalmente ajudado os diversos investigadores potenciais a optar, algumas vezes, por temas academicamente bem mais convenientes e, naturalmente, menos polémicos.

Nas últimas décadas as autoridades religiosas têm, aliás, tentado, à semelhança do que vem acontecendo noutras áreas teológicas, cientificar (poder-se-á dizer) os fenómenos em questão.

Afinal, não admira, que, numa sociedade crescentemente racional, as instituições religiosas procurem, na ciência, uma validação implícita (embora indireta) das suas crenças e mitos. Revestem-se as ações, por definição sagradas, de uma roupagem científica, se não no conteúdo pelo menos na historicidade factual das mesmas. Pretende-se, assim, impor uma verdade histórica suficientemente sólida (blindada, dir-se-á) para resistir a críticas militantes ou meramente objetivas.

“Esforço promovido e até (...) subvencionado pelo Santuário (...) na procura de uma credibilidade (...) que seja cientificamente sufragável e suficientemente consistente do ponto de vista das metodologias de pesquisa usadas²”.

E se as metodologias forem sustentadas e credíveis, é então suposto que os factos históricos se tornem inquestionáveis e possam ser interpretados numa lógica, agora já, teológica. Num esforço (para utilizar as palavras de um investigador confessional), *“que não colide, antes permite, de forma mais sustentada, aprofundar a dimensão da fé, situada noutra plano que não o da intervenção da ciência”.*

Tratar-se-á, assim, de uma atitude prévia (e, esclarecida, poder-se-á

dizer) de *“superação da fase de defesa da mecânica material das aparições”* necessária para *“valorizar, ainda mais, o significado e os frutos da experiência e mensagem de Fátima³”.*

O único problema é que, essa necessidade de validar os acontecimentos fatimitas, subverte um dos mais importantes imperativos de cientificidade: a procura (como desígnio) da verdade objetiva, na medida do possível, isenta de juízos de valor prévios. Leia-se, de imperativos como aqueles a que a matriz religiosa, mesmo que implicitamente, obriga, de provar (ou considerar como provadas) certas teses, entretanto revestidas da aceitabilidade e validade canónicas; logo prestigiadas, logo sacralizadas.

É um facto que a abordagem científica submete, igualmente, à verificação metodológica, teses previamente formuladas. Contudo é, suposto, terem, estas, resultado de uma elaboração cientificamente sustentada (face aos dados fiáveis conhecidos) e, a sua validação, poder incluir como desfecho natural e aceitável, a sua eventual contestação e, inclusive, rejeição.

Dito de outra maneira, a validação gnoseológica exige, como condição indispensável, não só nos abstrairmos, tanto quanto possível, dos nossos juízos de valor, como estarmos dispostos a questionar e/ou reformular (em qualquer fase da investigação), os modelos conceptuais em presença, as metodologias analíticas aplicadas, e as prévias explanações que tínhamos avançado como teses plausíveis ou, mesmo... prováveis.

Implica, assim, ter o espírito o mais possível aberto durante toda a investigação, condição que o conservadorismo e dogmatismo conceptual das ideologias religiosas tornam, em grande parte, inaplicável.

De facto, pode dizer-se, que a pretensão de verdade das afirmações religiosas, carece de ser interpretada e analisada de modo diferente de uma qualquer pretensão de verdade das afirmações da Geologia ou da Sociologia, naturalmente científicas. Deve ser encarada, afinal (e enten-

2 - José Eduardo Franco, Revista Brotéria, nº 165, Fátima: O Milagre da Interpretação I, op. cit., p. 365.

3 - Idem, p. 356.

dida, evidentemente), de um ponto de vista essencialmente metafórico.

Tal como afirma Klein “a verdade das religiões não pode ser refutada (...) por meio da argumentação teórica nem, por outro lado, demonstrada⁴”.

O seu conteúdo teórico remete para projetos práticos existenciais dos quais a interpretação divinatória não pode ser desligada⁵. A racionalidade é aqui eventual e, não sistemática, nem determinante.

E isto é válido, naturalmente, para todas as religiões.

Pode afirmar-se, então, seguindo tal lógica que, em rigor absoluto, todas as religiões podem proclamar, de igual modo, a verdade suprema. Não só o judaísmo ou o cristianismo mas, igualmente, o islamismo, o budismo ou um outro qualquer sistema religioso, mesmo que não doutrinário, de uma qualquer tribo ameríndia ou africana.

Aliás, não só podem, como proclamam!

Proclamam, reivindicam e, em última instância, terão que ser encarados como legítimos portadores da verdade. Da sua, naturalmente!

Todas defendem, afinal, uma verdade por natureza absoluta, que não admite dúvidas nem relatividades e que é, portanto, exterior à lógica científica.

Pode até dizer-se, que a dimensão analítica e experimental da ciência, é inclusivamente exterior aos pressupostos morais da respeitabilidade teológica. Respeitabilidade, essa, decorrente (em grande parte) do facto de haver pessoas que os consideram elementos essenciais (determinantes até) do seu sistema de valores e de explicação da realidade.

Exterior, no sentido de não depender dela como elemento propiciador, nem a ela recorrer como desígnio avalizador ou justificador. Nem, afinal, pretender (ou dever pretender) por qualquer razão ignota, minar as crenças doutrinárias ou os dogmas canónicos de qualquer sistema religioso.

São abordagens que não devem possuir qualquer outra motivação que

a procura da tal verdade possível. Vista esta, naturalmente, no contexto epistemológico.

Em suma, a abordagem científica e as concepções doutrinárias, diferenciam-se não só na natureza (uma é analítica e refletiva, outra vivencial e intuitiva) mas igualmente na essência real que as sustenta. São, assim, como que realidades paralelas, coexistindo sem se tocarem, na mesma dimensão existencial.

Mas se as verdades religiosas, consagradas frequentemente em dogmas, funcionam em lógicas transcendentais exteriores à racionalidade é, não obstante indispensável, estudarem-se e interpretarem-se as afirmações factuais, enquanto tal, bem como os respetivos sistemas de afirmações.

Pois aí, sim, pode (e deve-se) dissecar e analisar, com a maior segurança, um qualquer episódio ou asserção.

É, afinal, a sua relação com o universo material (cujas regras são, necessariamente, objetivas e experimentais) que justifica a intervenção do investigador na problemática religiosa. Na intercessão, necessária, do físico com o metafísico. Do racional, com o irracional. Do natural, com o sobrenatural.

Se quisermos, numa perspetiva determinadamente diacrónica, pode afirmar-se, tal como Yanez Casal, que o mundo da hermenêutica é composto por dois tipos de objetos necessários à compreensão: “*objectos simbólicos passados* {e em grande parte estruturais} *instituições, textos, saberes, tradições, obras ou patrimónios e, objectos simbólicos presentes* {e em grande parte conjunturais} *discursos, opiniões, representações, linguagens, comportamentos*”⁶.

Aplicando, isso, ao fenómeno religioso, o primeiro corresponde às valências não avaliáveis cientificamente (ou, avaliadas, enquanto metáforas), imbuídas que estão de intensa sacralidade quantas vezes dogmática e, a segunda, às expressões operativas ainda não consolidadas, suscetíveis, portanto, de análise e validação.

4 - Hans-Dieter Klein, *Diálogo das Religiões e Eurocentrismo*, op. cit., p. 231

5 - Por exemplo, será naturalmente descabido desligar as afirmações do cristianismo da sua inserção no ágape.

6 - Adolfo Yanez Casal, op. cit., p. 50.

Seja como for, a perspectiva científica é, neste contexto, naturalmente linear: todas as valências socioculturais são suscetíveis de estudo e, a religião, qualquer religião (emanação cultural de natureza mística e transcendente), naturalmente, não foge à regra.

Ora o fenómeno das aparições, sobre o qual nos debruçamos, reveste-se de crucial importância no estudo da relação direta dos crentes com a esfera do divino, não obstante a tentativa de reivindicação monopolizadora por parte da intermediária hierarquia eclesiástica.

Sendo o cristianismo uma religião revelada, cujas operacionalidades doutrinárias servem propósitos soteriológicos (em que o crente joga a eternidade numa efémera vivência terrena), a cabal compreensão dos desígnios divinos surge como condição sempre necessária, mesmo que não suficiente, de salvação.

Para isso existem os livros sagrados (nesta como noutras religiões congêneres) constituindo a súpula das orientações divinas que, de forma sempre miraculosa, foram transmitidas ao Homem.

É a palavra de Deus que ali está contida, mas uma palavra que carece de ser interpretada porque, por diversas razões⁷, os deuses nem sempre são transparentes. Porque, para usar uma expressão cristológica, “misteriosos são os caminhos do Senhor”.

Assim, as religiões estabelecem estruturas sacerdotais mais ou menos hierarquizadas (no caso cristão, bem mais do que menos) a cuja função de interpretadores se adita muitas vezes, a de intermediários privilegiados entre Deus e o Homem e responsáveis exclusivos pela execução de rituais considerados operativamente indispensáveis ao processo de consagração vivencial que conduz à vida eterna.

Nas religiões mais antigas e privilegiadas pela tradição, cuja doutrina

se confunde de alguma forma com a ideologia dominante e as funções teológicas plasmam fortemente as vivências sociais e culturais, o clero tende a ser uma organização de poder, tanto espiritual, como material.

E mesmo que o excesso de poder social e político possa contribuir para provocar reações reformistas (como aconteceu na Europa de quinhentos), as organizações daí resultantes, embora mais informais e dispensando, até certo ponto, as pesadas estruturas clericais, não deixarão de recorrer aos interpretadores de leitura ou orientadores bíblicos, pastores de rebanhos que não dispensam em absoluto os líderes religiosos, também eles, bebendo de um prestígio que a sua clarividência interpretativa, aptidões oratórias e capacidade de liderança, acabam por induzir.

Afinal, esteja a função sacerdotal institucionalizada ou não, o sacerdote é o intermediário encartado entre o mundo material e a dimensão do divino. Para isso se preparou, se tornou um perito em teologia e ritualística (inclusive, oratória), cumpre os preceitos canónicos, purifica-se periodicamente de todos os pecados: se sente, afinal, um escolhido de Deus!

Por isso se sacrifica, se abstém parcial ou totalmente dos prazeres mundanos, escolhe uma existência isenta de excessos; faz da vida uma missão.

Mesmo em sociedades cuja estrutura clerical é omnipresente e se reveste de um prestígio primevo, a recorrência direta à divindade constitui lugar-comum e, embora processando-se num só sentido, sentir um indício de resposta, implícita ou explícita, constitui recorrente tentação.

Na verdade, a ansiedade é um estado de espírito comum aos crentes cristãos; que flutuam entre uma vida terrena muitas vezes vista como difícil e injusta e um potencial de salvação eterno nunca garantido.

Adiante-se, ainda, que apesar dos clérigos constituírem a ordem de acólitos divinos devidamente reconhecida, a relação direta com Deus é, não obstante, sempre possível. Homens que são, os sacerdotes não estão, afinal, tão perto da perfeição de comportamentos e atitudes que não justifiquem ocasionais subversões, em que o crente sente necessidade de uma comunicação nos dois sentidos.

Afinal, todos falamos com Deus! A excecionalidade, que faz o milagre, está em Deus falar connosco!

7 - Razões que têm que ver com simbologias arcanas pouco massificáveis, com terminologias desatualizadas e, principalmente, com ensinamentos divinos muitas vezes gradativos: dirigidos a crentes e sacerdotes em fases diversas de iniciação.

Contudo, as aparições (leia-se as visões de figuras ou simbologias celestes próprias de um imaginário mais ou menos folclorizado), remetem para episódios facilmente coletivizados, arrastando inúmeros devotos na busca do inamovível ou, simplesmente, na ótica tomaziana do ver para crer!

Buscam aí, desesperadamente, ser dos poucos privilegiados com a graça da visão ou, pelo menos, poderem contactar com o prodigioso e, deste modo, obterem eventuais graças operativas, assumidas em curas mais ou menos milagrosas e, ainda, no ultrapassar de dúvidas e inquietações; leia-se conversões.

Não obstante Deus estar em todo o lado (e, depreende-se, simultaneamente), a nossa interação com ele carece, como se vê, de nos localizarmos em espaços adequados (considerados sagrados); como um templo ou um local onde ocorreu uma importante hierofania.

E se o cristianismo, como as outras religiões civilizacionais, constrói templos para congregar os crentes e assim poder mais facilmente controlar devoções e rituais, não admira que os mesmos se sintam mais próximos de Deus quando mais próximos estão da casa de Deus (onde é suposto, de alguma forma, ele viver) ou, de espaços tornados sagrados pela ocorrência, aí, de acontecimentos prodigiosos ou, pela permanência, aí, de uma qualquer divindade, num tempo primordial.

Os fenómenos lendários que consubstanciam as aparições constituem mitos e, como mitos, carecem de ser ciclicamente reatualizados, de forma a que se vivifiquem e façam, de alguma forma, repetir os resultados do início.

Portanto, assim como a Virgem Maria e entidades afins, apareceram por seis vezes, em seis meses consecutivos, na Cova da Iria (e destas resultaram graças diversas) assim, se através de um ritual ou cerimonial católico reatualizarmos o acontecimento, é certo que os mesmos voltam, novamente, a acontecer!

Não um acontecimento parecido, não um duplicado, mas aquele precisamente; o mesmo que aconteceu no tal dia 13 de um determinado mês do ano de 1917. E, assim como cada missa é a repetição da última ceia, também cada ação ou cerimónia religiosa em Fátima (ou em qualquer outro santuário) é a repetição do episódio mítico inicial⁸.

É por isso que é suposto verificarem-se aí novamente milagres de curas ou outros menos espetaculares.

Por isso escolhemos, principalmente, as datas prescritas. Por isso rezaemos fórmulas oratórias, repetimos e lembramos mensagens na altura transmitidas. Por isso arrastamos connosco doentes e aleijados (de todos os aleijões) expondo-os à misericórdia divina que é, suposto ser aí, nesse tempo, mais intensa e focalizada.

Porque, afinal, acreditamos que o milagre acontecido naquele dia 13 (a vinda da Virgem Maria do Céu à Terra), volta de alguma forma a acontecer, cada vez que uma data destas se verifica e, os devotos, aí se reúnem para a celebrar.

Aquilo que ali se faz, já aconteceu uma vez, num tempo mítico; hoje já não acrónico e intemporal (devido à contemporaneidade do fenómeno) mas ainda, e sempre, irracional!

Mais importante ainda, para nós, o absoluto primevo continua a ser o elemento essencial. Por isso fazemos da data da primeira aparição a grande celebração⁹. Apesar da importância fenomenológica da mesma ser muito menor que outras seguintes.

E embora a Virgem possa, naturalmente, aparecer em qualquer hora

8 - A necessidade de um modelo primevo é tão importante que se procuram, para as mais diversas situações rituais, modelos originais considerados arquétipos. Nas adequações que Fátima há de sofrer, principalmente a partir da segunda metade da década de trinta, surgirão, aliás, diversos exemplos. Afinal, embora percorrer de joelhos percursos diversos no interior de um santuário (quantas vezes, aliás, ainda circulares, de acordo com uma fértil tradição pré-cristã) seja desde sempre lugar-comum neste país, isso não impediu que tais práticas (encaradas sempre com algum desconforto pela Igreja), sejam hoje vistas, em Fátima, como uma repetição de uma promessa de Lúcia pela saúde da mãe, que serviu, assim, de modelo mítico exemplar.

E alguns são, particularmente, prosaicos. Por exemplo, o Padre Rolim, no seu livro "Francisco", ao relatar a primeira aparição na Cova de Iria, informa-nos que as crianças estavam naquele preciso momento "construindo uma casinha, de pedra solta, no local onde hoje se ergue a basílica", apresentando-se assim, esse singelo episódio, como modelo paradigmático primordial; Padre Rolim, op. cit., p. 41.

9 - Curiosamente, nos primeiros anos após as aparições (pelo menos até inícios dos anos vinte), anteriores ainda à institucionalização do culto, a peregrinação mais importante acontecia a 13 de Outubro, derivada também, provavelmente, da associação da data ao prodígio solar; fator determinante da maciça fidelização popular. Contudo, mais tarde, clericalmente integrado, há de promover-se a data da primeira aparição, relevando-se assim o imperativo primevo, como é culturalmente usual.

e em qualquer lado, acreditamos (queremos acreditar) que ali estamos mais perto dela.

Afinal, já ali apareceu. Existe um precedente, que a nossa conceção cíclica do mundo acredita que se pode repetir: que se irá repetir!

De uma maneira menos evidente, claro; mas manifestando aí, apesar de tudo, o seu poder!

Se quisermos pôr as coisas doutra maneira, a hierofania aí verificada, criou como que um canal entre este e o outro mundo; um foco facilitador de contactos e transferências.

É por isso que os locais sagrados (sejam santuários, montanhas, grutas, lagos, árvores, ilhas, etc.) desde que o são, nunca mais deixam de o ser. Passam nações, culturas, civilizações e, os cultos aí celebrados, persistem muitas vezes, mesmo que tenham que mudar de roupagem.

A não ser, é claro, que deixemos de acreditar neles!

E, desde que se realizem os rituais apropriados.

Porque o rito reatualiza e revivifica o mito. Torna-o habitual e inteligível. Torna-o vivo e atuante.

2.

VIRGEM MULHER NUM MUNDO DE HOMENS

A vitória do cristianismo e a sua penetração coerciva nos territórios imperiais, dotados até aí de uma cosmovisão naturalista e naturalmente politeísta (que o efeito da romanização de alguma forma homogeneizou e, com a qual, a mitologia germânica de implantação recente, se fundiu sincreticamente), constituiu como que uma solução contranatura que, porém, o universalismo doutrinário e a estrutura de poder em que assentava, tornaram gradualmente dominante.

Possuidor de uma matriz tendencialmente monoteísta, a sua teologia configura a realidade mitológica hebraica que a gerou, apesar dos condicionalismos multiculturais da diáspora: Deus onnipotente, guerreiro e vingativo, exigindo uma adoração total e estabelecendo com os homens (não com as mulheres) alianças renováveis ou reatualizáveis que, mais não são afinal, que renovações de contratos interrompidos a cada período de desvio do povo face às orientações divinas.

Na tradição judaica, embora a reprodução (consubstanciada no imperativo divino “*amai-vos e multiplicai-vos*”) seja de alguma forma sacralizada, a mulher era, na verdade, vista essencialmente como elemento reprodutor.

Afinal, já os essénios rejeitavam linearmente os prazeres e desdenhavam do casamento.

No Levítico (que afirma, por exemplo, que “*qualquer malícia não é nada*”